

O ESPAÇO URBANO E A RE-PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO PENSAMENTO DE HENRI LEFEBVRE: CONTRIBUIÇÕES À TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Isabel Cristina da Costa Cardoso¹

Palavras-chave: re-produção; produção social do espaço; espaço abstrato; urbano, vida cotidiana; método dialético.

Resumo: o artigo trata do pensamento de Henri Lefebvre e sua contribuição à tradição marxista a partir da reflexão do papel do espaço e da vida cotidiana na dinâmica de re-produção das relações sociais de produção capitalistas. A partir deste campo de reflexão, o artigo analisa os conceitos de sociedade urbana, de urbano, de cidade e os desafios formulados por Lefebvre à instituição de uma nova práxis urbana baseada no direito à cidade. Por último, o artigo reflete acerca da pertinência deste pensamento para a compreensão do urbano no Brasil.

THE URBAN SPACE AND THE RE-PRODUCTION OF SOCIAL RELATIONS IN THE THOUGHT OF HENRI LEFEBVRE: CONTRIBUTIONS TO CRITICAL SOCIAL THEORY

Abstract: The article discusses the thought of Henri Lefebvre and its contribution to the Marxist tradition from the reflection of the role of space and everyday life in the dynamics of reproduction of social relations of capitalist production. From this reflection, the paper analyzes the concepts of urban society, the urban, the city, and the challenges of a new urban praxis based on right to the city. Finally, the article reflects on the relevance of this thinking to the understanding of urban in Brazilian society.

Key words: re-production; social production of space; abstract space; urban, everyday life; dialectical method.

Introdução

¹ Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro(FSS/UERJ), Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisadora do Programa de Estudos de Trabalho e Política e Membro da Rede Questão Urbana e Serviço Social.

É no contexto de contribuição teórica e política de Lefebvre ao campo da tradição marxista que o artigo busca dialogar com alguns dos conceitos centrais de sua obra a fim de refletir em que medida as formulações teóricas da produção social do espaço, da sociedade urbana, do urbano, da re-produção das relações sociais de produção, entre outros destacados ao longo do artigo, permitem compreender tanto as antigas e novas contradições da sociedade capitalista, enquanto totalidade social, notadamente as contradições do espaço, quanto as exigências e desafios atuais postos à construção de novas práxis sócio-espaciais, na dimensão da utopia urbana lefebvriana. Pensar a sociedade urbana a partir do pensamento Lefebvriano não se desvincula de uma exigência prático-sensível, ou seja, a formulação de uma teoria da produção social do espaço urbano capaz de interpretar a realidade sócio-histórica implica a criação de uma nova práxis urbana, no sentido de uma nova utopia urbana.

As reflexões aqui desenvolvidas são fruto do esforço de investigação teórica do projeto de pesquisa “trajetórias urbanas do trabalho e da cidade: o projeto “Porto Maravilha” e as transformações do desenvolvimento capitalista da cidade do Rio de Janeiro” e das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão “Direito à Cidade, Política Urbana e Serviço Social¹”, ambos desenvolvidos no âmbito do Programa de Estudo de Trabalho e Política da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O texto se encontra dividido em duas sessões. A primeira trata da formulação do conceito de re-produção das relações sociais de produção pelo pensamento de Lefebvre e das relações entre tal conceito e a formulação de sua teoria da produção social do espaço. A última sessão se dedica ao tema do urbano, das suas determinações a partir da sociedade capitalista, das contradições contidas nestas formas de determinação, e da potência de transformação da vida urbana através da reivindicação do direito à cidade. A partir desta sessão são realizadas mediações entre o pensamento de Lefebvre e a formação do urbano no Brasil.

I - A re-produção das relações sociais de produção: a centralidade do espaço e da vida cotidiana.

A compreensão do pensamento de Henri Lefebvre é um convite ao conhecimento de uma vida e uma obra marcadas pela exigência da práxis. Escapa aos objetivos do texto a consideração biográfica deste que foi um dos intelectuais marxistas mais comprometidos com a retomada do materialismo dialético, em especial do método dialético, após o seu eclipse proveniente do próprio campo marxista, notadamente das interpretações e dogmáticas

advindas do stalinismo e do estruturalismo althusseriano. Assim, parte significativa do esforço intelectual e político de Lefebvre convergiu para a retomada da obra de Marx em um contexto de marxismo “oficial” institucionalizado, particularmente pelos partidos comunistas, e de “miséria da teoria”, como bem sintetizou Thompson (1981). Contudo, tal recuperação dos textos clássicos de Marx ocorreu enquanto contribuição original e autoral de Lefebvre ao próprio campo marxista para compreensão tanto das transformações do capitalismo a partir do século XX, quanto dos desafios ao exercício da práxis teórica e política marxista de transformação da realidade social.

Para Lefebvre a sociedade capitalista é uma totalidade não consumada e, por isso, aberta a inúmeras contradições. Em outros termos é um projeto histórico inacabado (GOTTDIENER,2010 p.147) Conforme sua análise, o capitalismo deve ser concebido como uma totalidade aberta, “como totalidade nunca sistematizada, nunca acabada; nunca per-feita, mas que, contudo, se vai consumando, se vai realizando” (LEFEBVRE, 1973:p.5). Ou, ainda, de forma mais precisa:

Os que acreditam no sistema incorrem em erro, pois não há totalidade completa, consumada. E, contudo, há, sem dúvida, um ‘todo’ que absorveu as suas condições históricas, assimilou os seus elementos, dominou algumas contradições, sem aceder por isso à coesão e homogeneidade que buscava. É isso que dá ao modo de produção, tal como ele se reproduz, o seu bem curioso aspecto: partes distintas e, contudo, formação de conjuntos, sub-sistemas acompanhados de choques no todo, níveis conjuntos e disjuntos, conexões, conflitos, coerências e contradições, táticas e estratégias, fracassos e vitórias.”(LEFEBVRE, 1973:p.9)

Quando de sua introdução à obra de Lenin dedicada à dialética de Hegel (LENIN, 2011), Lefebvre retoma o conceito de totalidade e, em especial, a diferenciação entre a concepção de totalidade fechada de Hegel e a de totalidade aberta reivindicada por Marx ao “inverter” a dialética hegeliana. O recurso a longa citação é justificado dada a importância que Lefebvre atribui a retomada da dialética frente ao contexto teórico e político referido anteriormente, bem como frente à formulação do seu método regressivo-progressivo analisado mais adiante, na próxima sessão, onde pulsam as contradições da coexistência de diferentes temporalidades das relações sócio-espaciais.

‘Inverter’ Hegel, aqui, é liquidar o equívoco do seu pensamento e elucidar esta ideia inteiramente nova da totalidade aberta, resolvendo suas contradições num movimento ascendente e não numa transcendência metafísica ou mítica. A contradição é, pois, real, está nas coisas mesmas, Ela não é uma transposição conceitual do movimento, nem tão somente uma expressão limitada e provisória das coisas, resultado de uma análise

incompleta e fragmentada. A essência das relações reais é, sendo relações, ser luta e choque. Termos e relações são tomados não como eternos, mas como móveis. Estas fórmulas não constituem uma apologia da contradição, do dilaceramento ou do absurdo. O marxismo vê na luta de classes a última forma das lutas que ensangüentam a natureza biológica, a variedade última – e que deve ser superada – da contradição objetiva. Não é a contradição que é fecunda – fecundo é o movimento. E o movimento implica simultaneamente a unidade (a identidade) e a contradição: a identidade que se restabelece em um nível superior, a contradição sempre renascente na identidade. A contradição como tal é intolerável. As contradições estão em luta e em movimento até que elas próprias se superem a si mesmas. A vida de um ser ou de um espírito não consiste em ser dilacerado pela contradição, mas sim em superá-la, em manter em si, depois de havê-la vencido, os elementos reais da contradição. Assim opera a humanidade inteira, considerada como uma totalidade aberta, como espírito. A contradição, como tal, é destrutiva; ela é criadora enquanto obriga a encontrar uma solução e uma emancipação, reconquistada num nível superior. A vida é esta superação. Constantemente, a contradição reaparece na vida. Constantemente, ela deve ser vencida. (LEFEBVRE e GUTERMAN, 2011:p.25-26)

Daí a importância atribuída por Lefebvre à re-produção das relações sociais de produção, posto que esta unidade de análise permite não apenas flagrar o movimento da totalidade aberta, mas também evidenciar os tipos de movimentos através dos quais o capitalismo reproduz e reinventa a forma e o conteúdos das suas próprias contradições enquanto totalidade. Como ensina Lefebvre, “o conceito de reprodução das relações de produção incide sobre a totalidade, sobre o movimento desta sociedade ao nível global” (Lefebvre, 1973:p.58). Da mesma forma a re-produção das relações sociais de produção instiga pensar os novos desafios postos à superação destas contradições pela práxis revolucionária. Isto porque a re-produção das relações sociais não é um processo que contém apenas a possibilidade da repetição, mas também da superação, da negação criadora. Como afirma Lefebvre, “As contradições também se re-produzem, não sem modificações.(...)Outras há que se constituem de maneira que há produção de relações sociais no seio da re-produção.” (1973:p.104). É neste campo rico de questões que emerge a formulação do conceito de re-produção das relações sociais de produção capitalistas e a centralidade desempenhada pelos conceitos de espaço social e de vida cotidiana para a compreensão de tal dinâmica de re-produção.

A pergunta de Lefebvre “onde se produz a re-produção?” (1973:p.56) ou, dito de outra forma, onde se re-produzem as relações sociais de produção? (1973:p.56) é acompanhada da seguinte afirmação: “o espaço social (...) é o lugar da reprodução das relações de produção, (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção).” (Idiben:p.17)

Partindo da reflexão sobre as relações de exploração e de dominação, Lefebvre argumenta que

As relações de produção, características da sociedade capitalista, carecem elas mesmas de ser reproduzidas. Uma sociedade é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. (...). Ora, as relações sociais não se produzem e não se reproduzem apenas no espaço social em que a classe operária age, pensa e se localiza, isto é, a empresa. Reproduzem-se no mercado, no sentido mais amplo do termo, na vida quotidiana, na família, na 'cidade', reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza e se reparte e é dispendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros sectores, mesmo no exército. (...) Nas condições em que a reprodução das relações sociais é desconhecida e em que o problema do seu controle não é levantado sequer, reproduzem-se as relações antigas.” (1973:pp109-110)

Para Lefebvre “não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (...): é todo o espaço.” (Ibden:p.95). Não se trata do espaço formal e abstrato da física e da geometria, por exemplo, e sim do espaço social. Contudo, o ponto de partida e de chegada da análise metodológica lefebvriana não é o espaço como produto, mas sim o processo de produção social do espaço e a correspondente transformação do espaço social em espaço abstrato pela sociedade capitalista. Como ele mesmo adverte, “Como no tempo de Marx (...) a inversão consiste em passar dos produtos (estudados de perto ou de longe, descritos, enumerados) à produção.” (Lefebvre, 2006:p.27)

A possibilidade de atenuação das contradições capitalistas, segundo Lefebvre, e que possibilitou a reprodução do próprio capitalismo e de novos ciclos expansivos de crescimento e acumulação, está diretamente associada à ocupação do espaço e à produção social do espaço, em escala mundial, pelo capital, através da subordinação do espaço social ao espaço abstrato.

(...) o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que o expressem. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós: ocupando e espaço, produzindo o espaço. (LEFEBVRE, 1973:p.21)

O espaço transformado em força produtiva, subordinado à lógica da mercadoria, transformado ele mesmo em uma mercadoria, onde o valor de troca e as relações de consumo subordinam as formas e os conteúdos do valor de uso que são gerados pela dinâmica da vida cotidiana, um espaço passível de ser fragmentado, homogeneizado, hierarquizado, um espaço alienado e fonte de alienação. Sob este registro, o das relações capitalistas, a produção social

do espaço é a busca incessante de produção do espaço abstrato. Contudo, dentre as contradições daí decorrentes estão as formas de contestação ao espaço abstrato, as formas de sua negação criadora que, ainda que de forma precária e momentânea, segundo Lefebvre, seguem as formas de realização do espaço abstrato “como uma sombra” (1973, p.98) e sustentam as possibilidades de uma nova práxis urbana. Os conflitos sociais urbanos em torno das formas de uso e ocupação do espaço urbano da cidade que expõe outras formas de apropriação não alienada da cidade, outras temporalidades do espaço social que se encontram subordinadas ao tempo do capital e de seus ritmos e promessas de desenvolvimento, por exemplo, são expressões dos movimentos e dos momentos de “choque” entre as contradições da sociedade capitalista.

Tal concepção pressupõe, também, a crítica vigorosa da explicação marxista estruturalista de Manuel Castells (2000) que encerra o urbano e a dinâmica das práticas sócio-espaciais ao momento da reprodução dos meios de produção, notadamente as necessidades de reprodução da força de trabalho e a correspondente espacialização dos instrumentos, políticas e equipamentos coletivos de reprodução social, sob responsabilidade do Estado capitalista. Sob este registro as cidades são essencialmente unidades de consumo e o espaço urbano encontra-se encerrado a uma concepção instrumental e funcional (LEFEBVRE, 2008). Como adverte, Lefebvre:

Essa vinculação à produção, do espaço em geral e do espaço urbano em particular, abrange somente a reprodução dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho. Ora, essa hipótese convém ao capitalismo do século XIX, ao capitalismo concorrencial, cujo problema principal era reproduzir materialmente seus meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo dos produtos, ou seja, a compra no mercado. Sistema contratual (o contrato de trabalho), sistema jurídico (o código civil e o código penal) quase bastavam para assegurar, com a venda da força de trabalho, essa re-produção dos meios de produção. É claro que nessas condições o espaço era, então, simplesmente funcional e instrumental. A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.” (2008:p,47-48)

Ao afirmar que a re-produção das relações sociais de produção se efetiva através também da cotidianidade, é importante observar a revisão operada por Lefebvre no conceito

de vida cotidiana, quando de sua formulação posterior na obra “A vida cotidiana no mundo moderno” (1991). A partir desta referida obra, são formulados conceitos importantes como o de sociedade do consumo dirigido e de terrorismo que passam a organizar um campo teórico importante através do qual a vida cotidiana é analisada. Assim, Lefebvre, por exemplo, destaca o cotidiano como o plano para o qual a sociedade do consumo dirigido orienta seu esforço para “sentar sobre” o próprio cotidiano (Ibiden, p.68). Em outros termos, Lefebvre afirma que “a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a modernidade” (Ibiden: p78). Ainda sobre o esforço de explicitação conceitual da vida cotidiana, o autor tece a seguinte reflexão:

Ele [o cotidiano] se torna o plano sobre o qual se projetam os claros e os escuros, os vazios e os cheios, as forças e as fraquezas dessa sociedade. Forças políticas e formas sociais convergem nessa orientação: consolidar o cotidiano, estruturá-lo, torná-lo funcional. (...) O Novo, de alguns anos para cá, é que as consequências da industrialização, numa sociedade dominada pelas relações de produção e de propriedade capitalistas (um pouco modificadas, mas conservadas em sua essência), se aproxima de seu termo: uma cotidianidade programada num ambiente urbano adaptado para esse fim. A cidade tradicional explode, enquanto a urbanização se estende, o que permite hoje semelhante empresa. A cibernetização da sociedade corre o risco de produzir-se por este caminho: organização do território, instituição de vastos dispositivos eficazes, reconstituição de uma vida urbana de acordo com um modelo adequado (centros de decisão, circulação e informação a serviço do poder). (Ibiden: p.73)

Diante das fortes tensões para o encapsulamento da vida cotidiana, Lefebvre, ao contrário de abandonar a cotidianidade, conclui com uma convocação à práxis política para a construção de uma utopia urbana que assuma a conquista da cotidianidade. Nos seus termos,

para quebrar o círculo vicioso e infernal, para impedir que se feche, é necessária nada menos que a conquista da cotidianidade, por uma série de ações – investimentos, assaltos, transformações – que também devem ser conduzidos de acordo com uma estratégia. Somente o futuro dirá se nós (os que quiserem) reencontraremos assim a unidade entre a linguagem e a vida real, entre a ação que muda a vida e o conhecimento. (Ibiden: p. 82)

Em certa medida a ressalva de Lefebvre, acima exposta, pode ser colocada em perspectiva junto com a problemática da construção de hegemonia. Mais precisamente permite abrir um campo à reflexão sobre a relação entre a produção de hegemonia e a produção social do espaço enquanto lugar e expressão fundamental da re-produção. Sobre esta questão, Lefebvre assim se manifesta em sua obra “A produção do espaço”:

O conceito de hegemonia, introduzido por Gramsci (...) permite ainda analisar a ação da burguesia, em particular no que concerne ao espaço (...). A hegemonia se exerce sobre a sociedade inteira, cultura e saber incluídos, o

mais frequente por pessoas interpostas: os políticos, personalidades e partidos, mas também muitos intelectuais, cientistas. Ela se exerce, portanto, sobre as instituições e sobre as representações. (...).Como a hegemonia deixaria de lado o espaço ? Este seria apenas o lugar passivo das relações sociais, o meio de sua reunificação tendo tomado consistência, ou a soma dos procedimentos de sua recondução? Não. Mais adiante se mostrará o lado ativo (operatório, instrumental) do espaço, saber e ação, no modo de produção existente. Será mostrado que o espaço serve e a hegemonia se exerce por meio do espaço constituindo, por uma lógica subjacente, pelo emprego do saber e das técnicas, um 'sistema'. (2006:p.17)

Cabe destacar uma parte importante da conceituação de Lefebvre acerca do espaço social, a saber, a triplicidade do espaço manifesta na prática espacial, nas representações do espaço, e nos espaços de representação, bem como a correspondente relação dialética estabelecida no interior desta mesma triplicidade e que funda a articulação entre espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido. Este conteúdo é fundamental para a compreensão do papel do espaço social junto à dinâmica de re-produção das relações sociais de produção, como também na dinâmica de produção de hegemonia. De acordo com Lefebvre, “a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modos de produção), segundo as épocas.” (2006:p.40). Assim, não é de um modelo abstrato que se trata, mas sim de um conceito que tem como tarefa se apoderar do movimento concreto da realidade, sob pena de ser reduzido a mais uma mediação ideológica do real. Aqui, interessa analisar a dinâmica dialética desta triplicidade do espaço a partir da sociedade capitalista.

Em uma de suas obras principais dedicada ao tema da produção do espaço (LEFEBVRE,2006) o autor assim se expressa ao definir a referida triplicidade:

a) A prática espacial de um sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando seu espaço. O que é a prática espacial no neo-capitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida 'privada', dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. A prática espacial moderna se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante de HLM² no subúrbio, caso limite e significativo; o que não autoriza negligenciar as auto-estradas e a aero-política. Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica);

b) As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas ‘retalhadores’ e ‘agenciadores’ (...) É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retomar) para um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente;

c) Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usadores’ (...) Trata-se do espaço dominado, portanto, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (p.35)

Como a relação entre os elementos da triplicidade do espaço social é dialética, cada elemento se articula e, contraditoriamente, tensiona o outro. Assim, o espaço concebido lança-se sobre os espaços de representação para disciplinar e controlar as práticas sócio-espaciais no plano da vida cotidiana, através das políticas, das tecnologias, dos discursos e das ideologias que sustentam o conhecimento científico sobre o espaço urbano, como as práticas e as teorias do urbanismo e de distintos campos disciplinares, como o do Serviço Social que, desde a sua origem, foi convocado a atuar nas práticas de controle sócio-espacial da classe trabalhadora, como nas políticas de higienismo social e disciplinamento da vida cotidiana. Como resultado, são criados os espaços neocolonialistas (Lefebvre, 1973, p.97), os espaços programados (Ibidem; p.101), as práticas de monumentalismo (Ibidem: p.100). Mas não só. Há também a produção de novas formas de contradição, de novas relações sociais no interior da triplicidade referida acima, que questionam e tensionam a dominação das formas de representação do espaço, do espaço concebido sobre o espaço vivido e, em última instância, sobre o controle do próprio corpo no espaço urbano. Sobre este último conteúdo, vale destacar a reflexão de Lefebvre acerca das contradições do espaço concebido e a relação entre cotidiano e corpo. Particularmente interessa demonstrar a reflexão lefebvriana sobre os limites que tal relação cria e expõe ao domínio das práticas sócio-espaciais características do espaço concebido.

E a mais extraordinária [contradição do espaço], não será esta, que a pouco e pouco se vai destacando: o corpo, membro efetivo deste espaço, opõe-se-lhe. Por que? Porque não se deixa desmembrar sem protesto, porque sem protesto não deixam que o dividam em fragmentos, que o privem de ritmos, que o reduzam a necessidades catalogadas, a imagens, a especializações. Irredutível e subversivo no seio do espaço e dos discursos dos poderes, o corpo refuta a reprodução das relações que o esmagam e o privam de tudo. Há algo mais vulnerável, mais fácil de torturar do que a realidade de um corpo? Há algo mais resistente? Fundamento tanto das necessidades e do desejo, como das representações e dos conceitos, sujeito e objeto filosóficos e, mais e melhor, base de toda a práxis e de toda a reprodução, o corpo humano resiste à reprodução das relações opressivas. Quando não o faz

frontalmente, fá-lo pela calada. É vulnerável, sem dúvida, mas não se pode destruí-lo sem massacrar o próprio corpo social – eis o corpo carnal e terrestre, quotidiano.” (LEFEBVRE, 1973:p. 102)

Do conjunto das determinações que saturam o espaço social enquanto totalidade e que o subordinam ao espaço abstrato, há que se destacar, por último, a centralidade da propriedade privada para a dinâmica da produção do espaço no capitalismo, particularmente para a produção de um espaço conjunto-disjunto onde se dissocia o que deveria estar ligado. Como afirma Gottdiener,

Em contraste com Castells, Lefebvre não procura analisar e isolar os elementos da política urbana. Em vez disso, ele está interessado em promover a luta política contra o Estado e as relações de propriedade que sustentam o modo capitalista. (...) Isto é, para Lefebvre, o ponto essencial de transformação do poder dentro do sistema capitalista se acha em suas relações vigentes de propriedade, não na intervenção do Estado no campo do consumo. (2010:p.151)

Particularmente interessa à Lefebvre desnudar o poder ideológico da práxis capitalista de ocultação da fórmula trinitária capital-terra(propriedade privada do solo)-trabalho e sua transmutação em uma relação de dissolução entre as partes, de conjunção-disjunção.

Para compreender esse esquema do tempo e do espaço, é preciso retornar ao capítulo mal conhecido de Marx, ao final de O Capital, intitulado ‘A fórmula trinitária’. Nesse difícil capítulo, Marx explica a sociedade burguesa, a saber a conjunção-disjunção de seus elementos. Retomemos os termos da análise. Há na sociedade em ato, ou seja, na produção e na reprodução das relações: a) o capital e o lucro do empreendedor, isto é, da burguesia; b) a propriedade do solo, com as rendas múltiplas: do subsolo, da água, do solo edificado, etc; c) o trabalho, com o salário destinado à classe operária. Esses três elementos, unidos em ato, são representados como separados, e sua separação tem um sentido objetivo, pois cada grupo parece receber uma parte determinada do rendimento global da sociedade. Há, portanto, aparência alienada das relações sociais, aparência que representa um papel ‘real’. É a ilusão da separação numa unidade, a da dominação, do poder econômico e político da burguesia. (...) Nessa hipótese, a ideologia coincide com a prática: a separação na sociedade burguesa. A ideologia é a de aceitar a dissociação e considerá-la real. (...) Nossa hipótese sobre o espaço conjunto-disjunto se vincula, pois, diretamente, ao esquema tripartite ou trinitário da sociedade capitalista, segundo Marx. (LEFEBVRE, 2008, pp57-58)

Mascarar as suas próprias contradições, inclusive a do espaço, é, assim, uma importante estratégia de classes para a re-produção das relações sociais de produção. As contradições do espaço, mesmo que dissimuladas, ocultas, não percebidas e apreendidas, são existentes e fundamentam o sentido político do espaço e a política do espaço, para Lefebvre. Assim, para concluir este raciocínio e passar à próxima sessão do texto onde os conceitos de

urbano e de sociedade urbana serão tratados, vale a remissão a citação que se segue onde Lefebvre reafirma as bases do poder de classe da burguesia sobre o espaço.

As contradições do espaço não advém de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advém do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço.” (LEFEBVRE, 2008:p.57)

II - A contribuição da obra de Henri Lefebvre para a compreensão do urbano: o conceito de sociedade urbana

Para se compreender a dinâmica de produção social do espaço e, a partir desta, a produção da sociedade urbana, é necessário afirmar a sociedade urbana como obra e produto humano, o que implica o esforço de se considerar as distintas formas e conteúdos do urbano como realidades prático-sensíveis da vida cotidiana. Como enfatiza Carlos (2004, p.19)

Se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, revelando a vida na cidade. (...) as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço enquanto prática sócio-espacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares. Esta é a dimensão da produção/reprodução social do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida.

O conhecimento da vida cotidiana é uma chave interpretativa importante de Lefebvre para a compreensão da dinâmica de produção social do espaço posto que o cotidiano é constitutivo e constituinte dos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas enquanto totalidade social. Logo, é no plano da vida cotidiana que os fluxos globais da divisão sócio-espacial do trabalho e da acumulação e dominação capitalistas se materializam, ganham sentido, redefinem e embaralham a escala local dos lugares e de suas fronteiras onde a vida cotidiana se processa – cidade, campo, periurbano, centro, periferia,

bairro, metrópole - e produzem o que Lefebvre (1991) denominou a “colonização da vida cotidiana” pela “sociedade burocrática do consumo dirigido”.

Contudo, se tal processo de dominação e “colonização” oblitera a realização das potencialidades democráticas e civilizatórias do urbano no plano da vida cotidiana, é também neste mesmo plano que novas “utopias” (LEFEBVRE, 2002 e 2008) se constituem no interior da sociedade urbana como possibilidades do pensamento e da ação, revelando os limites estreitos da “colonização da vida cotidiana” (Lefebvre,1991), da dominação capitalista sobre os rumos e sentidos da sociedade urbana e, neste sentido, a impossibilidade de realização do direito à cidade ou do direito à vida urbana, como obra e apropriação humanas, no interior da experiência histórica capitalista.

Se a sociedade urbana é, para Lefebvre, uma “potencialidade que já se realiza” (2008:p.87), posto que foi da experiência industrial que esta nasceu, por outro lado é também uma “virtualidade em marcha” (Ibden) aberta à construção pela práxis social. Ou seja, a sociedade urbana ao mesmo tempo que nasce da extensão e generalização das relações sociais de produção dadas pela industrialização e da decorrente aceleração e esgarçamento da urbanização, por outro lado tal dinâmica capitalista contém os termos de sua própria negação. É deste aparente paradoxo, que constitui o urbano enquanto “campo cego,” que Lefebvre lança o desafio teórico e político para a construção de uma outra utopia urbana.

Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo – o urbano - vendo-o, porém, com os olhos, os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, redutor da realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos, impedimo-la de nascer e de se desenvolver. (...) Em poucas palavras: o urbano reduz-se ao industrial. (2002, p.38-39)

Na obra Espaço e Política (2008) Lefebvre alerta que, ao se manter a condição do urbano enquanto “campo cego”, onde o que se enxerga, se compreende e se pratica é menos a sua potencialidade utópica e criadora, corre-se o risco de se fortalecer a “anti-cidade”, a negação da própria sociedade urbana pelo fortalecimento de seu avesso, de suas contradições. Em outros termos corre-se o risco de fortalecer a “segregação generalizada, a separação, no terreno, de todos os elementos e aspectos da prática social, dissociados uns dos outros e reagrupados por decisão política no seio de um espaço homogêneo.”(p.88)

De uma forma sintética, pode-se elencar alguns elementos centrais do pensamento de Lefebvre acerca da definição de sociedade urbana e do direito à cidade - ou direito à vida urbana - que elucidam a preocupação do autor com as práticas e relações que negam a dimensão utópica da sociedade urbana. Notadamente interessa destacar o papel destruidor das

práticas de segregação sobre o urbano, tendo em vista a contribuição que tal elemento gera para a compreensão da dinâmica do espaço urbano frente à produção social do espaço.

Pode-se iniciar a definição do urbano, em Lefebvre, a partir da idéia de “campos” – também denominada de esferas ou eras históricas - e de sua diferenciação tempo-espacial através dos campos rural, industrial e urbano. Tal idéia é construída enquanto “modos de pensamento, de ação, de vida”, portanto os denominados campos rural, industrial e urbano são representativos “não apenas de fenômenos sociais, mas de sensações e de percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais” (2002, p.37). Contudo a transformação histórica e espacial de cada campo, e da experiência correspondente de cidade, não implica uma visão evolucionista de superação cronológica e sem tensões e readaptações recíprocas. Pelo contrário, implica que a forma-conteúdo mais desenvolvida só pode se anunciar como possibilidade a partir do esgotamento, da saturação ou da crise da forma histórica anterior. Assim, o campo urbano, nasce de um processo de “implosão-explosão” da experiência de cidade gestada e desenvolvida pelo campo industrial. Nesse processo contraditório de extensão e desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas ocorre o crescimento desmedido das cidades, a concentração exacerbada de população, relações, objetos, processos de troca no plano local da cidade e a saturação do processo de urbanização daí decorrente. A forma-conteúdo da cidade característica da era histórica industrial passa a não comportar mais tais processos e relações tempo-espaciais do fenômeno urbano. Daí a metáfora da “explosão” da cidade para expressar a tensão que a complexificação/generalização do urbano acarreta sobre a cidade, levando a sua explosão e recriação do urbano em uma escala mundial. Desta explosão, nasce o fenômeno urbano como realidade global plena de contradições que o afirmam e o negam.

O estilhaçamento da cidade tradicional é um fenômeno evidente, ao contrário de seu sentido. É preciso procurá-lo. (...) Esse fenômeno não pode ser elucidado senão com uma análise dialética e através do método dialético. A indústria surgiu efetivamente como a ‘não-cidade’ e a ‘anticidade’. Ela se implantou ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber, as fontes de energia, de matérias-primas, de mão-de-obra, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as. Ela as fez crescer desmensuradamente e provocou uma explosão de suas características antigas (fenômeno de implosão-explosão). Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desaparecerem inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a

vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto.

Pode-se dizer então que a realidade urbana desapareceu ? Não, ao contrário. Ela se generaliza. A sociedade inteira tornou-se urbana. O processo dialético é o seguinte: a cidade -sua negação pela industrialização - sua restituição a uma escala muito mais ampla do que outrora, a da sociedade inteira. (LEFEBVRE, 2008,p.83-84)

Neste processo dialético a forma-conteúdo do urbano transcende a da cidade, avançando sobre antigas realidades como as do campo e as das próprias cidades existentes, sem as anular, mas recriando-as, subordinando-as como é o caso do desenvolvimento das periferias e hiperperiferias e das áreas periurbanas que se constituem cada vez mais em zonas de transição demarcadas pelo avanço crescente do urbano sobre o campo, sobre territórios organizados por modos de vida culturalmente diversos como os territórios quilombolas e indígenas, as áreas ocupadas por população ribeirinha como nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, redefinindo a relação cidade-campo que não desaparece, mas subordina-se à relação urbano-rural³. Da mesma forma a criação de novos espaços periféricos, dispersos e segregados, representa a negação da centralidade enquanto principal característica e qualidade virtuosa e utópica do urbano.

Esse processo não transcorre sem conflitos, cada vez mais profundos. As relações de produção existentes se estenderam, se ampliaram; elas conquistaram uma base mais ampla integrando simultaneamente a agricultura e a realidade urbana, mas nessa ampliação introduziram-se conflitos novos. De um lado, instituíram-se centros de decisão dotados de poderes ainda desconhecidos, pois eles concentram a riqueza, a potência repressiva, a informação. De outro lado, o estilhaçamento das antigas cidades permitiu segregações multiformes; os elementos da sociedade são implacavelmente separados uns dos outros no espaço, acarretando uma dissolução das relações sociais, no sentido mais amplo, que acompanha a concentração das relações imediatamente ligadas às relações de propriedades. (LEFEBVRE, 2008,p.84)

Assim, nesse processo são redefinidas e não negadas/suprimidas as relações e fronteiras entre cidade-campo e centro-periferia, criando novas centralidades e novas segregações. Isso significa dizer que Lefebvre não imaginou que a generalização da sociedade urbana levasse à supressão do campo, mas antes que a extensão do tecido urbano redefiniria a produção social do espaço rural subordinando-o à dinâmica urbana da produção /reprodução capitalista. Isto é fundamental para que possamos captar, por exemplo, o sentido e o conteúdo propriamente urbanos das transformações contemporâneas dos chamados espaços periurbanos. No dizer de Lefebvre (2001,p.69)

a superação da oposição não pode ser concebida como uma neutralização recíproca. Não há nenhuma razão teórica para se admitir o desaparecimento

de uma centralidade no decorrer de uma fusão da sociedade urbana com o campo. A oposição 'urbanidade-ruralidade' se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um deslocamento da oposição e do conflito. Quanto ao mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido, todos sabem disso. Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (...) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que esta divisão não está nem superada nem dominada. Longe disso

Porém para a compreensão do conjunto das aludidas transformações é necessário reconhecer que o desenvolvimento ocorre sobre bases e processos tempo-espaciais desiguais e que as formas-conteúdos pretéritas dos referidos campos ou eras históricas não obrigatoriamente desaparecem, podendo, inclusive, persistirem simultaneamente não como sinal de atraso, mas como adaptação funcional e requisito à modernização. É o caso, por exemplo, quando se analisa a dinâmica tempo-espacial dos três campos nas sociedades capitalistas periféricas, notadamente da articulação entre manutenção da estrutura fundiária e das práticas agrárias e o desenvolvimento da industrialização e da urbanização nas referidas sociedades, como testemunha o processo de modernização conservadora da sociedade brasileira. Contra esta ilusão continuista/evolucionista, Lefebvre ergue a idéia de continuidades e descontinuidades das formações urbanas e das relações sociais⁴. Segundo o autor (2001,p.54-55),

Esta ilusão e esta ideologia evolucionista ocultaram o movimento dialético nas metamorfoses da cidade e do urbano, e singularmente nas relações continuidade-descontinuidade. No curso do desenvolvimento, formas transformam-se em funções e entram em estruturas que as retomam e as transformam. (...) Toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu e um declínio. Seus fragmentos e restos serviram em seguida para/em outras formações.

Assim, Lefebvre (2001,p.74) considera que, se por um lado, a crise da cidade é mundial, por outro "as causas práticas e as razões ideológicas dessa crise variam segundo os regimes políticos, segundo as sociedades e mesmo segundo os países em questão". Por isso, a transformação das formas tradicionais e a aludida "explosão" da cidade também ocorreram de modo diferente considerando-se a problemática do desenvolvimento desigual, o que explica, por exemplo, segundo Lefebvre (2001,p.74), que

Numa série de países mal desenvolvidos, a favela é um fenômeno característico, enquanto nos países altamente industrializados essa característica é a proliferação da cidade em 'tecidos urbanos', em subúrbios, em setores residenciais cuja relação com a vida urbana constitui um problema.

Para concluir a análise acerca da sociedade urbana no pensamento de Lefebvre, é importante destacar a relação entre direito à cidade e centralidade como elemento ilustrador da tensão entre os vetores de negação e de afirmação da sociedade urbana que refletem o caráter contraditório e dialético do urbano. Tal caráter estabelece o urbano como possibilidade utópica, ao mesmo tempo que define a exigência política de superação/transformação dos elementos que o negam.

Lefebvre considera a centralidade como qualidade ou propriedade fundamental do espaço urbano. É impossível o direito à cidade sem a afirmação da centralidade. Em seu processo dialético de criação/destruição/recriação, a centralidade abre o urbano para a coexistência entre antigas e renovadas centralidades em um processo que revela uma dinâmica também de policentralidade (LEFEBVRE,2002). É a centralidade que possibilita, enquanto potência, a reunião de todas as diferenças no espaço urbano, a concentração em um dado centro da diversidade das relações que constituem a vida urbana. Sob o registro da centralidade, o espaço urbano é o lugar do encontro. Em outras palavras, a centralidade permite pensar o urbano como “o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a simultaneidade” (LEFEBVRE,2002,p.112). Esta realidade urbana, assim constituída através da centralidade, baseia-se em um tempo-espaço diferencial, não homogêneo, em oposição ao espaço e ao tempo da era ou campo industrial que “tenderam e ainda tendem para a homogeneidade, para a uniformidade, para a continuidade constrangedora” (LEFEBVRE,2008,p.87), qualidades essas que se expressam exemplarmente nas dinâmicas de segregação sócio-espaciais.

Contudo a centralidade, enquanto qualidade do urbano, é uma potência que só se realiza enquanto práxis social, logo depende da correlação de forças entre as classes sociais em um dado tempo histórico e dos seus projetos e intencionalidades sobre a vida urbana. Não casualmente no processo de criação/destruição/recriação da centralidade, o espaço urbano é tensionado pelos distintos conteúdos das relações sociais que produzem esta dinâmica sócio-espacial. É neste sentido que as práticas urbanas capitalistas buscam subordinar os elementos qualitativos do espaço urbano – o uso, o valor de uso, a simultaneidade, o encontro etc, - aos elementos quantitativos da troca e do valor de troca, típicos da lógica da mercadoria. Assim, para Lefebvre (2002), a cidade capitalista possui uma dupla centralidade: “lugar de consumo e consumo de lugar”. O encontro e a simultaneidade aqui possibilitados por esta centralidade da e na cidade capitalista são materializados no encontro das mercadorias, dos seus

consumidores, inclusive os consumidores do espaço da própria cidade, mas também encontro das decisões através da criação de centros de poder.

A citação que se segue é um exemplo de síntese do pensamento Lefebvriano (2008,p.32) acerca dos elementos aqui elencados.

Não existe realidade urbana (...) sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’. Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão (...) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. (...) O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação.

E completando a conceituação, Lefebvre afirma o significado utópico do direito à cidade posto que o mesmo implica a superação/transformação das relações sociais de produção capitalistas.

O direito à cidade, tomado em toda a sua amplitude, aparece hoje como utópico. (...) É obvio que só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (no modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem. Um tal desenvolvimento supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua ‘finalidade’, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a fins superiores. (2008,p.34)

A partir da concepção Lefebvriana de sociedade urbana torna-se fundamental perguntar: quais são as práticas sócio-espaciais que produzem a cidade ? Ou como ensinam Santos e Silveira (2001,p.11) importa saber e perguntar “como, onde, por quem, por quê e para quê” o espaço, o território é usado? Para compreender tais processos, é necessário partir da compreensão que, na sociedade capitalista, o espaço tem o seu valor de uso subordinado à lógica do valor de troca que expressa a transformação do espaço em uma mercadoria como outra qualquer e define os limites e as condições de sua utilização e apropriação. Como destaca Carlos (2004,p.11)

O uso deixa marcas profundas no espaço (...) as relações de propriedade criam os limites do uso, redefinindo-o constantemente, com a tendência à destruição do espaço público como espaço acessível às possibilidades do uso. Os lugares da metrópole redefinidos por estratégias do mercado imobiliário, transformam o espaço em mercadoria. Como o uso tem um caráter local, definindo trajetos e percursos que dizem respeito à realização da vida, apropriada pelo corpo, os lugares redefinidos pelas estratégias

imobiliárias, marcam a passagem do processo de consumo no espaço para o de consumo do espaço.

Assim, o “salto” que demanda ser dado pelas formas capitalistas de produção e reprodução do espaço no momento atual da acumulação capitalista é o de se “consumir a cidade”, o espaço urbano como uma mercadoria tão efêmera quanto as mercadorias que circulam através dela. Dessa forma, o espaço urbano, como o das cidades, escapa crescentemente à definição de formas mais duráveis - tanto em termos dos objetos que configuram a paisagem urbana, quanto das práticas sociais que constroem o espaço e criam as regulações, como as legislações urbanas e os instrumentos urbanísticos. Ou melhor, a forma-conteúdo do urbano é cada vez mais definida por esta capacidade de “transmutar” ou “escapar” a própria forma, naquilo que ela traz de elemento mais “durável” e permeável à ação política dos sujeitos e à regulação pública. Assim, no estágio capitalista de desenvolvimento da acumulação flexível e de acumulação por espoliação, nos termos de Harvey (2005 e 2011), o urbano passa a ser também tensionado pelas práticas de flexibilização da sua forma-conteúdo, onde se destacam, por exemplo, as práticas urbanas do planejamento estratégico e do empreendedorismo urbano (CARDOSO,2008). Por outro lado, também as antigas e novas formas de expropriação da terra urbana e rural, do ponto de vista da reprodução ampliada do capital, são acionadas e reproduzidas no capitalismo do século XXI, produzindo clássicas e novas contradições do espaço urbano na sociedade capitalista, particularmente nas sociedades capitalista periféricas, dependentes e herdeiras do colonialismo.

Uma boa chave interpretativa sobre os limites e contradições do urbano na sociedade brasileira pode ser obtida através das práticas e dos discursos do desenvolvimento urbano e do crescimento econômico. Se por um lado é verdadeira a confirmação da centralidade econômica dos espaços metropolitanos frente ao conjunto da produção e circulação da riqueza, por outro o sentido do desenvolvimento metropolitano no Brasil é profundamente desigual quando se analisa, por exemplo, os tipos de investimentos, segmentos e práticas econômicas que se concentram espacialmente nestas regiões, a concentração demográfica e o perfil da ocupação urbana e rural e os impactos destes processos. Um exemplo é a localização privilegiada dos investimentos e empreendimentos econômicos do segmento extrativista da indústria de mineração e as cadeias produtivas associadas a este segmento na região Norte do país. A este respeito, o documento do Ministério das Cidades intitulado “Contribuição dos

Seminários Regionais – Plano Nacional de Habitação – PlanHab” , observa que as regiões Norte e Centro-Oeste

são as frentes de expansão urbana e de povoamento do país com fortes impactos socioambientais, por causa de importantes ecossistemas e culturas tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas ali existentes. As projeções econômicas prevêm crescimento constante no PIB em ambas as regiões, provavelmente puxado por investimentos do governo federal, pelo setor agroindustrial, pela produção de commodities e pelo desenvolvimento do setor energético, entre outros. Um dos principais fatores que ajudam a explicar o ritmo mais acelerado de crescimento populacional do Norte e Centro- Oeste, em comparação com as demais regiões, é o padrão migratório – positivo e crescente. (MINISTÉRIO DAS CIDADES,S/D,p.91)

A denominada condição de “frentes de expansão” ou, ainda, a chamada “frente pioneira” revelam mais do que um processo de expansão demográfica no território, nas regiões Norte e Centro-Oeste, mas fundamentalmente um conjunto de processos e relações de temporalidades históricas distintas das demais regiões do país, não apenas do ponto de vista econômico, mas também dos modos de vida. A este respeito, Martins (2009) produziu uma rica análise que evidencia o quanto em uma mesma sociedade capitalista podem ser desiguais e simultâneas as temporalidades sócio-espaciais do desenvolvimento capitalista e de sua experiência de sociedade urbana, convivendo formas tipicamente capitalistas com as formas tradicionais de expropriação e espoliação da acumulação primitiva, não como dualidade ou superposição do arcaico sobre o moderno, mas como experiência concreta de modernização conservadora e de desenvolvimento desigual, dependente e periférico do capitalismo no Brasil.

A diferença inicial que os dois pontos de vista sugeriam era de que quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteiras em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital. Quando os antropólogos falavam originalmente de frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que

explora, índios e camponeses. O mercado opera, através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolistas, mediados quase sempre por violentas relações de dominação pessoal, tanto na comercialização dos produtos quanto nas relações de trabalho (sendo aí característica a peonagem ou escravidão por dívida). (2009,p.137)

Assim, à idéia de Lefebvre acerca do desenvolvimento desigual da sociedade urbana e da simultaneidade entre as formas tradicionais e modernas desta sociedade, que apontam uma dinâmica de subordinação e não de anulação entre os termos dessa relação, pode-se acrescentar a contribuição acima de Martins e também a de Fernandes (2009) quando analisa a “arcaização do moderno” e a “modernização do arcaico”. Através de tais idéias, Fernandes procurou evidenciar a

“rearticulação do todo, através da qual o que parece arcaico é de fato atualizado, servindo de suporte ao moderno, e pela qual o moderno parece perder esse caráter, revitalizando o seu oposto ou gerando formas socioeconômicas que misturam a acumulação pré-capitalista com a acumulação especificamente capitalista. O que importa, no conjunto, não é a existência do arcaico e do moderno, seu grau de visibilidade e os mundos superpostos que evidenciam. Mas o modo pelo qual as transformações sucessivas do mercado e do sistema de produção encadeiam a persistência de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas.” (2009,p.67)

O referido crescimento que se expressa na dinâmica de produção do espaço metropolitano, subordina o desenvolvimento do ponto de vista de padrões civilizatórios e de justiça. O que faz lembrar a clássica advertência de Fernandes (2008) acerca da diferença entre crescimento e desenvolvimento e da articulação necessária entre a concepção de desenvolvimento e o que o autor denomina de consenso democrático em torno da imagem de um destino nacional (2008).

os problemas do Brasil, vistos sociologicamente, não são ‘problemas de crescimento’. Crescimento tem havido, especialmente no nível econômico. Ele não chegou a assumir, porém as proporções e um padrão que afetassem a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais, que compartilham da mesma civilização. Assim, o que nos deve interessar é o modo de participar do padrão dessa civilização. (Ibid, p.155)

O autor continua ao destacar que

A destruição de estamentos e de grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural e dinâmico da constituição de uma

sociedade nacional. Onde essa condição histórica não chega ou não pode concretizar-se historicamente, também não surge uma ação e, muito menos, uma nação que possa apoiar-se num ‘querer coletivo’ para determinar, por seus próprios meios, sua posição e grau de autonomia entre as demais sociedades nacionais do mesmo círculo civilizatório. Sob este aspecto, a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional. É que ela – e somente ela – pode dar origem e lastro a um ‘querer coletivo’ fundado em um consenso democrático, isto é, capaz de alimentar imagens do ‘destino nacional’ que possam ser aceitas e defendidas por todos, por possuírem o mesmo significado e a mesma importância para todos. (Ibid,p.157)

Assim, do conjunto destes elementos que formam uma concepção ampliada da problemática do desenvolvimento para além da questão do crescimento econômico e das deseconomias urbanas, pode-se também estender tal contribuição para a compreensão da realidade urbana. Logo, inspirados pelas problematizações teóricas de Lefebvre, Martins e Fernandes, pode-se compreender a heterogeneidade do espaço urbano a partir da concepção de totalidade. Desse ponto de vista, a compreensão do fenômeno urbano implica o olhar atento para a diversidade da forma-conteúdo do urbano e da vida cotidiana no processo de produção do espaço, inclusive onde o mesmo se produz nas fronteiras entre o urbano e o rural, o moderno e o tradicional. Como ensina Martins (2009) as áreas de fronteira são, acima de tudo, áreas de conflitos.

¹ As ações extensionistas do Projeto “Direito à Cidade, Política Urbana e Serviço Social” se articulam ao campo de ação do Fórum Comunitário do Porto (FCP), espaço político de debate e ação em defesa do direito à cidade na região portuária do Rio de Janeiro. O projeto visa apoiar e assessorar as lutas sociais pela defesa do direito à cidade e do direito à memória social e cultural da população local e contribuir para a publicização de denúncias de formas de violação dos direitos humanos, notadamente o direito humano à moradia digna, em um contexto atual de grandes projetos públicos e privados de intervenção urbana, como a “Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio”, o Projeto “Porto Olímpico” de 2016 e o programa municipal de urbanização “Morar Carioca” do Morro da Providência. Da mesma forma, na perspectiva da educação popular, o projeto pretende contribuir com a atuação nos processos de resistência e de luta política da população na região portuária, de reconhecimento do protagonismo social dos sujeitos e de valorização dos moradores enquanto portadores da memória social da região e, portanto, enquanto sujeitos da história social do lugar e da cidade.

² A HLM (Habitation à Loyer Modéré) significa habitação de renda moderada e integra a política de produção de habitação social ou popular na França, desde o segundo pós-guerra, através de subsídio à locação social e/ ou aquisição da casa própria. A produção deste tipo de moradia foi historicamente pautada em práticas de segregação das famílias trabalhadoras pobres urbanas e de higienização social das áreas centrais da França. De tal forma que a história da HLM confunde-se com a da produção da periferia francesa.

³ Para o aprofundamento teórico da realidade periurbana no Brasil a partir do diálogo com o pensamento de Henri Lefebvre, ver Bernardelli (2006) e Sobarzo (2006).

⁴ A este respeito indica-se a leitura de Martins (1996).

Bibliografia

BERNARDELLI, Maria Lúcia F. da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. e WHITACKER, Arthur M. (orgs) *Cidade e campo. Relações, contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

CARDOSO, Isabel C. da Costa. À procura de antigos e novos diálogos entre o direito à cidade e o direito ao trabalho: a cidade do Rio de Janeiro em foco. In: GOMES, Maria de Fátima C.M. , FERNANDES, Lenise L. e MAIA, Rosemere S. In: *Interloquções urbanas: cenários, enredos e atores*. Rio de Janeiro, Editora Arco Iris, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, Contexto, 2004

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp, 2010.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2005.

_____. *O Enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A Re-produção das relações de produção*. (tradução da 1ª parte de *La survie du capitalisme*). Porto, Edições Escorpião, 1973.

_____. *A Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Editora Ática, 1991.

_____. *O Direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2001.

_____. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri e GUTERMAN, Norbert. Introdução aos Cadernos sobre a dialética de Hegel. In. LENIN, V. I. – *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo, Global, 2008.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo, Global, 2009.

MARTINS, José de Souza.(org) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Contexto, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Contribuição dos Seminários Regionais – Plano Nacional de Habitação. Brasília, Ministério das Cidades. Caderno I – PlanHab, s/d. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/planhab/caderno-i-2013-planhab/contribuicoes-dos-seminarios-regionais>, acesso em 30 de março de 2010.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.